

EMBRAER ACORDO DA FABRICANTE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS COM A BOEING, APROVADO NO CADE EM JANEIRO, É ALVO DE UM PEDIDO DE REANÁLISE

MPF quer reanálise da negociação

Ministério Público Federal quer que Cade reanalise aprovação dada a acordo entre Embraer e Boeing, no final de janeiro

BRASÍLIA

Da Redação
@jornalovale

O Ministério Público Federal pediu ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa) uma reanálise da aprovação do acordo entre a Embraer e a Boeing, autorizada pela Superintendência-Geral do órgão no fim de janeiro.

A subprocuradora-geral da República, Samantha Dobrowolski, entendeu que o tribunal do Cade deve rever a aprovação para reavaliar se o negócio afetará mercados mais amplos.

Em janeiro, o Cade entendeu que as empresas não concorrem nos mesmos mer-

cados e, portanto, não haveria risco de problemas concorrenciais decorrentes da aquisição. “Não só por estar envolvido em um mercado complexo, já em dinâmica de concentração, e para a qual a operação contribuirá diretamente, como por se identificar algumas omissões, na definição, e consequente análise, do mercado mais amplo por ela afetado”, apontou a subprocuradora.

Na época, o Cade dividiu a análise em duas transações: a aquisição pela Boeing de 80% do capital do negócio de aviação comercial da Embraer, englobando a produção de aeronaves regionais e comerciais de grande porte, e a criação da joint venture entre Boeing e Embraer, “voltada para a produção da aeronave



Acordo. O MPF pediu ao Cade para analisar novamente a negociação entre Embraer e Boeing

3

PAÍSES

aprovaram o acordo entre Embraer e Boeing em entidades regulatórias: EUA, China e Japão

de transporte militar KC-390, com participações de 49% e 51%, respectivamente (Operação de Defesa)”.
O caso agora será distribuído a algum conselheiro do órgão, que poderá indeferir, e pautar a decisão para julgamento, ou acatar o recurso.

“Embraer e Boeing têm atuado junto ao Cade e outras autoridades regulatórias durante o processo de análise de nossa

potencial parceria”, informou a fabricante, em nota.

“Já recebemos aprovação incondicional para finalizar nossa transação em quase todas as jurisdições, inclusive Estados Unidos, China e Japão. Continuamos a cooperar com o Cade e a Comissão Europeia à medida que finalizam a avaliação de nossa transação e esperamos obter uma solução positiva”. ■

ECONOMIA MINISTRO RECLAMOU DAS EMPREGADAS QUE IAM PARA A DISNEYLÂNDIA

Salles defende de Guedes após polêmica sobre dólar

APOIO. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, saiu nesta quinta-feira em defesa de Paulo Guedes (Economia).

Guedes defendeu o atual patamar da taxa de câmbio e afirmou que até “empregada doméstica estava indo para a Disneylândia, uma festa danada”. O ministro da Economia foi duramente criticado pela fala, proferida em um evento na tarde de quarta-feira em Brasília.

Salles escreveu no Twitter que Guedes “é o melhor ministro de economia do mundo”. “Meu carinho, admiração, respeito e incondicional apoio ao Guedes”, disse. Em seguida, acrescentou que ele é uma pessoa séria e espontânea, e “que por sua pureza de caráter ainda não compreendeu que tudo que disser será distorcido e maliciosamente manipulado”.

A POLÊMICA.

Ao elogiar a alta do dólar na



Apoio. Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendeu Guedes

última quarta-feira, o ministro da Economia disse que quando a moeda estadunidense estava em baixa, estava “todo mundo indo pra Disneylândia, empregada doméstica indo pra Disneylândia, uma festa danada”. A declaração causou revolta em diversos outros setores da sociedade.

Na própria quarta, Guedes já havia dito que a intenção não

era ofender as empregadas domésticas.

Recentemente, o ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro se envolveu em outra polêmica ao comparar funcionários públicos a “parasitas”. A declaração causou intensa reação entre servidores e autoridades e o obrigou a pedir desculpas e dizer que “se expressou mal”. ■

JUSTIÇA IMPLANTAÇÃO ESTÁ SUSPensa PELO STF

CNJ prorroga trabalhos do grupo que analisa ação de juiz de garantias

AÇÃO. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu, nesta quinta-feira, prorrogar a atuação do grupo de trabalho que avalia a criação do mecanismo do juiz de garantias.

O grupo avalia o impacto da mudança nos tribunais de Justiça em todo o país. Com a medida, o trabalho será realizado até 30 de junho deste ano.

Apesar do trabalho realizado pelo CNJ, a aplicação do juiz de garantias está suspenso, por tempo indeterminado, por uma decisão do vice-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Luiz Fux.

Em janeiro, Fux anulou liminar proferida pelo presidente do STF, Dias Toffoli, que validou a aplicação do juiz das garantias, mas adiou a aplicação por seis meses.

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal



Decisão. Aplicação ainda está suspensa pelo Supremo

foi motivada por nova ação protocolada pela Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público). Para a entidade, a medida deveria ser suspensa até o julgamento definitivo por violar alguns princípios constitucionais. ■